

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Aos administradores e acionistas da:
BME DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE S/A
Londrina – PR

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas da **BME DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE S/A.**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **BME DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE S/A.**, em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

A companhia mantém transações com as companhias que fazem parte do grupo, as quais são excluídas das demonstrações financeiras consolidadas. As condições específicas são definidas contratualmente. Nossa opinião não está modificada em decorrência desta questão em relação as demonstrações financeiras consolidadas.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria (“PAA”) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Nossa auditoria para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foi planejada e executada considerando o contexto do mercado em que a Companhia está inserida e as mudanças ocorridas em relação ao exercício anterior. Nesse contexto, os Principais Assuntos de Auditoria, bem como nossa abordagem de auditoria, estão descritos abaixo.

Contas a receber (Nota explicativa 6)

O saldo de Contas a Receber nas demonstrações financeiras consolidadas é utilizado como lastro nas operações de securitização, sendo assim a garantia dos títulos e valores mobiliários emitidos. Ao fim do exercício de 2025, a conta representava 93,95% (noventa e três inteiros e noventa e cinco centésimos por cento) do total do Ativo da companhia. Devido à relevância, esse assunto foi considerado significativo para nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram testes de análise dos relatórios emitidos pelo sistema da companhia, realizando conferência entre os saldos contábeis e financeiros. Efetuamos o procedimento de confirmação (circularização) dos saldos de uma amostra dos clientes e confirmamos se os saldos contábeis registrados estavam de acordo com os saldos informados nas confirmações recebidas. Examinamos os contratos de emissão das debêntures, de forma a verificar se o mesmo continha cláusula de lastro com os direitos creditórios a receber. Verificamos os contratos com os clientes e os termos de cessão, analisando a taxa de juros, prazos de recebimento, forma de pagamento.

Recursos de debêntures (Nota explicativa 17)

A emissão e colocação de títulos e valores mobiliários é uma das etapas da securitização de créditos. Durante o exercício de 2025 a Companhia utilizou essa modalidade para atingir seus objetivos comerciais. Devido à relevância, esse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram testes de análise dos relatórios de controles internos relacionados as debêntures emitidas pela Companhia. Verificamos as Escrituras de emissão das debêntures, seu registro na Junta Comercial do Estado e publicadas no diário oficial e jornal de grande circulação, analisamos suas cláusulas, prazos para resgate, valor unitário, taxa de remuneração, garantia, verificamos os procedimentos em relação ao lastro com os direitos creditórios. Efetuamos também a análise dos aportes de debêntures, em relação ao lastro da origem do valor ser em nome do debenturista e oriundo de sua conta corrente.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB*, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, a não ser que a

Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras consolidadas.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria planejando os procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Blumenau (SC), 08 de julho de 2026.

JULIANO DOS SANTOS
MACHADO:902718239
68

Assinado de forma digital por
JULIANO DOS SANTOS
MACHADO:90271823968
Dados: 2026.09.02 10:25:36
-03'00'

Audifactor Auditores Independentes S/S

CRC/PR 005560/O-1 T-SC

Juliano dos Santos Machado - Sócio

Contador – CRC/PR – 051229/O-8

Demonstrações Financeiras

BME DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE S/A.
(Consolidado)

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025 e 2024 e
Relatório do auditor Independente

Londrina - PR, 02 de julho de 2026.

Aos acionistas da

BME DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE S/A.

Senhores Acionistas,

A Administração da **BME DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE S/A.**, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras consolidadas, relativas ao período findo em 31 de dezembro de 2025, acompanhadas das notas explicativas e do relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Todas as informações financeiras estão apresentadas em reais, exceto quando indicado de outra forma.

Cordiais saudações,

Documento assinado digitalmente
 **THIAGO EIK MENDES PALOCO**
Data: 02/09/2026 09:35:23-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

BME DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE S/A.

Thiago Eik Mendes Paloco
Diretor Presidente

Balanco patrimonial dos exercicios findos em:

(Valores expressos em reais)

ATIVO	Controladora		Notas	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024		31/12/2025	31/12/2024
Ativo Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	1.034.613	436.428	5	10.338.167	2.916.546
Contas a receber		7.000	6	162.569.759	65.428.520
Tributos a recuperar	3.885			3.985	5.414
Dividendos a receber	56.939	121		56.939	
Adiantamentos	42.363	45.435		43.063	49.185
Outras contas	24.615	40.440		24.615	46.692
Conta corrente Intercompany		1.617.009	7		
Total do ativo circulante	1.162.415	2.146.433		173.036.528	68.446.357
Ativo não circulante					
Aplicação em debêntures	5.837.019	2.430.507	8		
Empréstimos pessoas ligadas	76.280	77.591		76.280	77.591
Investimento em Controlada	466.041	265.326	9		
Imobilizado	626.018	613.834	10	628.428	619.115
Total do ativo não circulante	7.005.358	3.387.258		704.708	696.706
Total do Ativo	8.167.773	5.533.691		173.741.236	69.143.063
PASSIVO					
Passivo circulante					
Fornecedores a pagar	372.169	104.962	11	587.791	357.838
Obrigações tributárias	114.291	156.355	12	552.603	213.262
Obrigações trabalhistas	358.970	277.052	13	362.613	280.569
Empréstimos e Financiamentos	1.002.865		14	1.002.865	878.000
Adiantamento de Clientes	1.626			1.626	
Outras contas à Pagar	159.905	81.567	15	516.788	159.145
Total do passivo circulante	2.009.826	619.936		3.024.286	1.888.814
Passivo não circulante					
Empréstimos e financiamentos	633.990	150.000	14	633.990	150.000
Operação de Mutuo Conversível	1.552.863		16	1.552.863	
Recursos de debentures			17	164.554.295	62.337.815
Total do passivo não circulante	2.186.853	150.000		166.741.148	62.487.815
Patrimônio líquido			18		
Capital social	13.212.215	13.212.215		13.213.465	13.213.465
Reserva Legal				22.997	20.000
Prejuízos acumulados	(9.241.121)	(8.448.460)		(9.260.660)	(8.467.031)
Total do patrimônio líquido	3.971.094	4.763.755		3.975.802	4.766.434
Total do Passivo	8.167.773	5.533.691		173.741.236	69.143.063

Demonstração do resultado dos exercícios findos em:

(Valores expressos em reais)

	Controladora		Notas	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024		31/12/2025	31/12/2024
Receitas operacionais					
Receita líquida de vendas e serviços	7.227.884	5.151.374		21.149.609	11.906.279
Receita de juros, líquida - Alta Performance				27.145.184	11.759.911
Custo dos serviços prestados	(2.615.904)	(837.100)		(9.860.657)	(3.178.081)
Custo de capital - Alta Performance				(25.242.670)	(11.298.336)
Deduções da receita				(406.077)	(244.559)
Receita operacional líquida	4.611.980	4.314.274		12.785.389	8.945.214
Despesas operacionais					
Despesas gerais e administrativas	(7.250.314)	(4.474.484)		(10.902.547)	(9.297.561)
Total das despesas operacionais	(7.250.314)	(4.474.484)		(10.902.547)	(9.297.561)
Lucro antes do resultado financeiro	(2.638.334)	(160.210)	19	1.882.842	(352.347)
Receitas financeiras	351.424	210.294		498.404	594.125
Despesas financeiras	(84.729)	(65.935)		(1.719.552)	(432.406)
Resultado financeiro líquido	266.695	144.359	20	(1.221.148)	161.719
Resultados não operacionais	1.578.978	(670.946)		1.578.978	
Resultado antes das provisões	(792.661)	(686.797)		2.240.672	(190.628)
(-) Provisão para contribuição social		(26.454)		(245.595)	(44.458)
(-) Provisão para imposto de renda		(60.620)		(628.099)	(98.990)
Prejuízo líquido dos exercícios	(792.661)	(773.871)		1.366.978	(334.076)

BME DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE S/A – Demonstrações Financeiras Consolidadas
CNPJ: 39.158.212/0001-37

Demonstração das mutações do patrimônio líquido dos períodos findos em:

(Valores expressos em reais)

	Capital social subscrito	Reserva de capital	AFAC	Prejuízos Acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	3.473.625	51.927	2.019.589	(7.718.308)	(2.173.167)
Resultado do período				(334.076)	(334.076)
Adiant. Futuro Aumento de Capital	2.019.589		(2.019.589)		
Aumento de capital social	7.720.251				7.720.251
Reclassificação de excedente da reserva legal		(31.927)		31.927	
Distribuição de dividendos				(446.574)	(446.574)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	13.213.465	20.000	-	(8.467.031)	4.766.434
Resultado do período				1.366.978	1.366.978
Constituição de Reserva legal		2.997		(2.997)	
AFAC				(200.715)	(200.715)
Distribuição de dividendos				(1.956.895)	(1.956.895)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	13.213.465	22.997	-	(9.260.660)	3.975.802

BME DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE S/A – Demonstrações Financeiras Consolidadas
CNPJ: 39.158.212/0001-37

Demonstração dos fluxos de caixa dos períodos findos em:
(Valores expressos em reais)

	Base em 31/12/2025		Base em 31/12/2024	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Prejuízo do exercício	(792.661)	2.240.672	(686.797)	(190.628)
Ajustado por:				
- Remuneração de debêntures		130.463		12.165.220
- Depreciação	127.592	-	107.026	109.897
- Dividendos recebidos	1.381.939	32.487.423		
- Resultados não operacionais	200.715	-	(670.946)	
- Provisão para perdas com devedores duvidosos	-	318.351		
	917.585	35.176.909	(1.250.717)	12.084.489
(Aumento)/Diminuição das contas ativas				
Contas a receber	7.000	(97.459.590)	59.608	(44.726.091)
Tributos a recuperar	(3.764)	1.429	25.896	30.037
Dividendos a receber	(56.939)	(56.939)		
Devoluções a realizar		6.252		(6.252)
Adiantamento	3.072	3.072	7.356	7.356
Despesas à Apropriar	15.825	15.825	(10.411)	(10.411)
Outros Créditos		3.050		
Conta corrente intercompany	1.617.009	1.617.009	(1.331.435)	
Aumento/(Diminuição) das contas passivas				
Obrigações com Fornecedores	267.207	229.953	(17.059)	(24.438)
Obrigações Fiscais e Tributárias (exceto IR e CS)	(42.064)	323.716	43.336	70.112
Obrigações Trabalhistas	81.918	82.044	42.606	42.955
Adiantamento de clientes	1.626	1.626	(11.250)	(11.250)
Outras contas a pagar	78.338	300.704	(39.882)	11.589
Caixa proveniente/(usado) nas operações	2.886.813	(59.754.940)	(2.481.952)	(32.531.904)
Imposto de Renda e Contribuição Social pagos	-	(858.069)	(39.088)	(39.088)
Caixa líquido usado nas atividades operacionais	2.886.813	(60.613.009)	(2.521.040)	(32.570.992)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS				
Aquisição de imobilizado	(160.276)	(160.276)	(114.307)	(114.307)
Venda de imobilizado	20.500	20.500	1.650	1.650
Aquisição de investimentos	(200.715)			
Reversão de investimentos	-		670.946	
Dividendos recebidos	(1.381.939)			
Aporte de partes relacionadas	1.311	3.306.199		
Liquidação de partes relacionadas		(4.921.897)		
Aplicação em Debêntures	(3.406.512)		(1.114.250)	
Caixa líquido usado nas atividades de investimentos	(5.127.631)	(1.755.474)	(555.961)	(112.657)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS				
Integralização de capital	-	-	7.720.001	7.720.251
Pagamento de dividendos	-	-		(446.573)
Aporte de Partes relacionadas	-	-	725.705	4.655.895
Liquidação de Partes relacionadas	-	-		(3.316.503)
Operação de Mutuo	1.552.863	1.552.863	(5.280.520)	(5.280.520)
Aporte de Empréstimos e Financiamentos	1.899.257	121.809	125.840	1.953.653
Amortização de Empréstimos e Financiamentos	(613.117)	(1.613.625)		(949.812)
Aporte de debêntures		141.942.816		59.204.934
Resgate de debêntures		(72.213.759)		(29.597.441)
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos	2.839.003	69.790.104	3.291.026	33.943.884
AUMENTO LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	598.185	7.421.621	214.025	1.260.235
Caixa e equivalente de caixa no início do período	436.428	2.916.546	222.403	1.656.311
Caixa e equivalente de caixa no final do período	1.034.613	10.338.167	436.428	2.916.546

**Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras Consolidadas do
exercício findo em 31 de dezembro de 2025.**

1. Contexto operacional

1.1) Identificação da companhia:

A BME Desenvolvimento de Software S/A. ("Companhia") é uma sociedade anônima fechada, sediada à Avenida Maringa nº 1765, Pavmto2, bairro Vitória, na cidade de Londrina, estado do Paraná, constituída em 25 de setembro de 2020.

A Companhia tem por objeto social (a) desenvolvimento e licenciamento de programas de computador customizáveis; (b) venda de licenciamento de plataforma com funcionalidades de assessoramento em negócios financeiros, contemplando operações de financiamento, crédito e antecipação de recebíveis; (c) serviços administrativos e consultoria em gestão empresarial e em investimentos e tecnologia de informações financeiras; (d) serviços de informações cadastrais, análise de informações e agenciamento para aprovação e obtenção de crédito e apoio administrativo e auxílio a serviços financeiros, e portal de conteúdos e informações na internet e (e) correspondente de instituições financeiras.

1.2) Grupo Empresarial:

A BME Desenvolvimento de Software S/A. ("Companhia") e suas controladas desenvolvem suas atividades através de um grupo empresarial (Grupo BME), utilizando-se da estrutura das empresas relacionadas em seus esforços de gestão.

Em 31 de dezembro de 2025 a Companhia possuía participações nas seguintes empresas controladas:

- a) **BME Securitizadora S/A:** a Companhia tem em seu objetivo social a aquisição e securitização de direitos creditórios não padronizados, vencidos e/ou a vencer, performados ou a performar, originados de operações realizadas por pessoas físicas ou jurídicas nos segmentos comercial, industrial, prestação de serviços que sejam passíveis de securitização (ativos empresariais em geral), conforme Política de Crédito devidamente aprovada pela Diretoria. A BME Desenvolvimento de Software S/A. participa com 99% do capital social da BME Securitizadora S/A.
- b) **BME Alta Performance Securitizadora S/A:** é uma Companhia registrada na Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e tem em seu objeto social a exploração do negócio de (I) aquisição e securitização de direitos creditórios comerciais, industriais, financeiros, agronegócio e imobiliários, assim compreendida a compra, venda e prestação da respectivas garantias em créditos imobiliários; (II) emissão e colocação no mercado privado (sem intermediação de instituição financeira) de títulos, valores mobiliários e de

certificados de recebíveis imobiliários (“CRI”) e certificados de recebíveis do agronegócio (“CRA”); (III) prestação de serviços relacionados a operações de títulos e valores mobiliários; (IV) prestação de serviços e realização de outros negócios referentes a operações de créditos imobiliários, de acordo com a Lei 9.514 de 20 novembro de 1997 e das normas que vierem a alterá-la, substituí-la ou complementá-la; (V) realização de negócios e prestação de serviços de seleção e cobrança de direitos de créditos lastreados nos títulos e valores mobiliários relacionados à atividade de securitização de créditos. A BME Desenvolvimento de Software S/A. participa com 99% do capital social da BME Alta Performance Securitizadora S/A.

2. Estrutura do Gerenciamento de Risco

A Administração da Companhia e suas controladas tem responsabilidade global pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco. As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados pela Companhia, para definir limites e controles de risco apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites.

2.1. Risco de crédito

A exposição máxima ao risco de crédito é o valor das suas contas a receber. O risco de crédito das contas a receber advém da possibilidade da Companhia não receber valores decorrentes dos empréstimos concedidos.

A provisão para risco de crédito é calculada com base na análise de risco dos créditos, que contempla o histórico de perdas, a situação individual dos clientes, a situação do grupo econômico ao qual pertencem, e é considerada suficiente para cobrir eventuais perdas sobre os valores a receber.

2.2. Risco de mercado

Este tipo de risco está ligado à perspectiva de eventos adversos, que impactem os preços dos ativos transacionados e/ou sua liquidez. Esse risco está associado a variáveis macros sistêmicas, como inflação, taxas de juros, taxas de câmbio e outras.

2.3. Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos e nos casos em que a Companhia encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que se tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

2.4. Risco de juros e taxas de câmbio

A Companhia gerencia esse risco ponderando a contratação de taxas pós-fixadas e prefixadas. Essas contratações estão expostas ao risco de flutuações na taxa de juros em função da parte passiva das operações de debêntures referenciadas em CDI. O saldo de contas a receber, também indexados ao CDI, neutraliza parcialmente o risco de taxa de juros.

A Companhia não possui instrumentos financeiros em moeda estrangeira, não estando, portanto, sujeita aos impactos oriundos das variações das taxas de câmbio.

2.5. Política anti-inflacionária

No passado, o Brasil apresentou índices extremamente elevados de inflação e vários momentos de fragilidade nos controles inflacionários. As medidas do Governo Federal realizadas para combate e controle da meta de inflação contribuem para a incerteza econômica e aumentam a volatilidade das taxas de juros dos títulos. Essas medidas podem, no futuro, ter um efeito material desfavorável sobre a economia e sobre os ativos que lastreiam as Debêntures emitidas pela Companhia.

2.6. Risco institucional

Este risco está associado à possibilidade de eventos adversos em âmbito da legislação, da regulamentação, da autorregulação (a cargo dos próprios agentes do mercado considerado) e do cumprimento dos contratos. Eventos como mudança na legislação tributária ou em regras estabelecidas por uma entidade reguladora se enquadram nessa modalidade de risco.

2.7. Risco fiscal

A política fiscal é o conjunto de medidas tomadas pelo governo para que haja estabilização da economia, redistribuição de renda e a alocação dos recursos. Seguindo estes parâmetros, o governo planeja para 2026 alcançar a meta fiscal, aumentar investimentos e retomar o crescimento do país.

2.8. Risco operacional

Associado à possibilidade de eventos adversos intrinsecamente associados aos participantes do mercado, empresas e demais entidades, tal risco está ligado a práticas internas de gestão e a processos organizacionais.

2.9. Direitos creditórios

O principal risco incidido sobre a Companhia refere-se a possível redução dos recebimentos dos devedores de direitos creditórios causado pela instabilidade no ambiente econômico. Especialistas afirmam que em um cenário de extrema crise econômica, os recebimentos possam sofrer redução de até 50%.

2.10. Risco de crédito

O risco de crédito está associado à possibilidade de uma das partes de uma transação não cumprir sua obrigação com as demais, deixando de honrar compromisso financeiro assumido.

2.11. Inadimplência

O quadro de recessão na economia afeta diretamente o ritmo de negócios e a geração de caixa das empresas. Consequentemente gera um aumento da taxa de juros por conta do cenário inflacionado e um aumento das restrições para se obter crédito, resultando assim, no aumento das taxas de inadimplência.

Com o aumento significativo da inadimplência é possível que os devedores dos créditos negociados com a Companhia não tenham capacidade de cumprir com suas obrigações e, como o pagamento dos investidores das Debêntures emitidas pela Companhia está baseado no pagamento dos direitos creditórios, isto pode alterar o retorno previsto pelos investidores,

3. Apresentação das demonstrações financeiras

3.1. Declaração de conformidade:

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base nas Práticas Contábeis brasileiras, que compreendem a legislação societária brasileira, os Pronunciamentos, as Interpretações e as Orientações emitidas pelo CPC e homologados pelos órgãos reguladores, e práticas adotadas pelas entidades em assuntos não regulados, desde que atendam ao Pronunciamento Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil – CPC 00 – e, por conseguinte, em consonância com as normas contábeis internacionais.

A Companhia elaborou o seguinte conjunto de Demonstrações Financeiras, conforme previsto no item nº 10 da NBC TG 26 (R5): Balanço Patrimonial – BP; Demonstração do Resultado do Exercício – DRE; Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL e Demonstração dos Fluxos de Caixa – DFC. Em todas as demonstrações foram apresentados os saldos do final do exercício, bem como o saldo final do exercício anterior para fins de comparabilidade.

Dentre os Pronunciamentos, as interpretações e as orientações do CPC, destacamos:

CPC 00 (R1) – Estrutura conceitual para elaboração e divulgação de relatório contábil-financeiro

CPC 01 (R1) – Redução ao valor recuperável de ativos

CPC 03 (R2) – Demonstração dos fluxos de caixa

CPC 04 (R1) – Ativo Intangível

CPC 05 (R1) – Divulgação sobre partes relacionadas

CPC 23 – Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro

CPC 24 – Evento subsequente

CPC 25 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis

CPC 27 (R1) – Ativo imobilizado

CPC 32 – Tributos sobre o Lucro

CPC 48 – Instrumentos Financeiros

Continuidade: A administração concluiu não haver incertezas materiais que possam gerar dúvidas significativas sobre sua capacidade de continuar operando por período indeterminado. As demonstrações financeiras foram elaboradas tendo como premissa que a Companhia está em atividade, e assim irá manter-se, e ainda que existe o firme propósito de continuar suas

atividades e que não se visualizou qualquer probabilidade de descontinuidade. Ainda para o lapso de doze meses, da data das demonstrações financeiras, não ficou caracterizada, por qualquer forma, inclusive por vontade da administração, a redução drástica na escala de suas operações.

Reforma Tributária: Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional nº 132, que instituiu a Reforma Tributária sobre o consumo, introduzindo um novo modelo de tributação baseado em um sistema de Imposto sobre Valor Agregado repartido (IVA dual). O novo sistema é composto pela Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), de competência federal, que substituirá o PIS e a Cofins, e pelo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), de competência compartilhada entre Estados, Distrito Federal e Municípios, que substituirá o ICMS e o ISS.

Em 16 de janeiro de 2025, foi sancionada a Lei Complementar nº 214, que regulamentou parcialmente a Reforma Tributária, instituindo os novos tributos e prevendo, também, a criação do Comitê Gestor do IBS. Posteriormente, a Lei Complementar nº 227/26 disciplinou a implementação prática do IBS, detalhando criação, composição, atribuições do Comitê Gestor e critérios de repartição da arrecadação entre os entes federados.

A Reforma Tributária será implementada de forma gradual, por meio de um período de transição entre 2026 e 2032, durante o qual os regimes tributários – antigo e novo - coexistirão. Os impactos da Reforma Tributária na apuração dos tributos da Companhia, a partir do início do período de transição, somente serão plenamente conhecidos quando da finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes por lei complementar.

Consequentemente, não há qualquer efeito da Reforma nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025 da Companhia.

3.2. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto pela valorização de certos ativos financeiros (mensurados a valor justo). A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas estão divulgadas no item (e).

3.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados de acordo com a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua (moeda funcional). As demonstrações financeiras estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia.

3.4. Uso de estimativas e julgamentos

Ao preparar as demonstrações financeiras, a Administração da Companhia se baseia em estimativas e premissas derivadas da experiência histórica e outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, as quais se consideram razoáveis e relevantes. A aplicação das estimativas e premissas frequentemente requer julgamentos relacionados a assuntos que são

incertos, com relação aos resultados das operações e ao valor dos ativos e passivos. Ativos e passivos sujeitos a estimativas e premissas incluem a mensuração de instrumentos financeiros, provisão para perdas em ativos, provisão para imposto de renda e contribuição social e outras avaliações similares. Os resultados operacionais e posição financeira podem diferir se as experiências e premissas utilizadas na mensuração das estimativas forem diferentes dos resultados reais. A Companhia revisa suas estimativas e premissas, pelo menos anualmente.

4. Principais Políticas Contábeis

As demonstrações financeiras são elaboradas com o apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras são apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo, provisão para receitas incorridas que ainda não foram faturadas, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões.

4.1. Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando uma entidade da Companhia for parte das disposições contratuais dos instrumentos. Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

(i) Ativos financeiros

Os ativos financeiros estão classificados nas seguintes categorias específicas: ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros “disponíveis para venda” e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da natureza e finalidade para a qual foram adquiridos e é determinada na data do reconhecimento inicial. Todas as aquisições ou alienações normais de ativos financeiros são reconhecidas ou baixadas com base na data de negociação. As aquisições ou alienações normais correspondem a aquisições ou alienações de ativos financeiros que requerem a entrega de ativos dentro do prazo estabelecido por meio de norma ou prática de mercado.

Seguem abaixo os princípios de reconhecimento e mensuração dos ativos financeiros:

Método de juros efetivos

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um instrumento da dívida e alocar sua receita de juros ao longo do período correspondente.

Contas a receber

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em um mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável.

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

Ativos financeiros, exceto aqueles designados pelo valor justo por meio do resultado, são avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável no final de cada período de relatório. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas se, e apenas se, houver evidência objetiva da redução ao valor recuperável do ativo financeiro como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após seu reconhecimento inicial, com impacto nos fluxos de caixa futuros estimados desse ativo. Uma evidência objetiva pode incluir:

- Dificuldade financeira significativa do emissor ou contraparte; ou
- Violação de contrato, como uma inadimplência ou atraso nos pagamentos de juros ou principal; ou
- Probabilidade de o devedor declarar falência ou reorganização financeira; ou
- Extinção do mercado ativo daquele ativo financeiro em virtude de problemas financeiros.

O valor contábil dos empréstimos a receber é reduzido pelo uso de uma provisão. Recuperações subsequentes de valores anteriormente baixados são creditadas à provisão. Mudanças no valor contábil da provisão são reconhecidas no resultado.

Caixa e equivalente de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem depósito bancário e investimentos de curto prazo de alta liquidez e estão registradas ao seu valor de mercado. Estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo, conforme nota explicativa nº 5.

(ii) Passivos financeiros

Os passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

Seguem abaixo os princípios de reconhecimento e mensuração dos passivos financeiros da Companhia:

Método de juros efetivos

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários e pontos pagos ou recebidos que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos) ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

Baixa de passivos financeiros

A Companhia baixa passivos financeiros somente quando suas obrigações são extintas e canceladas ou quando vencem. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado.

(iii) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos. De acordo com suas políticas financeiras, a Companhia não efetua operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo.

4.2. Contas a receber

Representadas pelos saldos da carteira de créditos de prestação de serviços a receber, apresentadas ao valor contábil.

4.3. Provisões

São reconhecidas quando: a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado e eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor possa ser estimado com segurança.

4.4. Reconhecimento de receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida de impostos.

A Companhia reconhece a receita quando: o valor da receita pode ser mensurado com segurança; é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade e critérios específicos tenham sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia, conforme descrição a seguir:

Receitas para as companhias securitizadoras:

i. Prestação de serviços

A receita de prestação de serviços é reconhecida com base na execução dos serviços previstos nos contratos celebrados entre as partes ou na própria conclusão dos mesmos,

ou seja, quando os riscos significativos e os benefícios são transferidos para o comprador. Quando o resultado do contrato não puder ser medido de forma confiável, a receita é reconhecida apenas na extensão em que as despesas incorridas puderem ser recuperadas.

ii. Receita de juros

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica “Receita financeira” nas demonstrações do resultado.

iii. Receita de securitização

O *spread* da operação decorre, basicamente, da diferença entre o preço pago pela Companhia na aquisição do crédito e o preço de colocação das debêntures aos investidores. Em outras palavras, a Companhia adquire o lastro de crédito, aplicando determinado fator que somente será em parte repassada como forma de remuneração, de modo que a diferença observada entre as taxas consiste no *spread* realizado.

4.5. Reconhecimento de despesas

As despesas foram reconhecidas no resultado à medida da sua realização através do regime de competência. Foram reconhecidas simultaneamente com as receitas quando com estas tinham vínculo, em conformidade com o previsto na ITG 2000 (R1) emitida pelo CFC – Conselho Federal de Contabilidade.

4.6. Imposto de renda e contribuição social

São calculados e registrados com base nas alíquotas e critérios fiscais vigentes na data de elaboração das demonstrações financeiras. A Companhia adota o regime de apuração pelo lucro real, onde o Imposto de Renda sobre o Lucro Líquido é calculado com base na alíquota de 15%, acrescido de adicional de 10%, sobre a parcela do lucro que exceder a R\$ 240.000,00 por ano ou R\$ 20.000,00 por mês e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (“CSLL”) é calculada com base na alíquota de 9%.

4.7. Tributos a compensar

Uma vez identificado valores de tributos passíveis de compensação, seja por recolhimento indevido ou a maior, tais valores devem ser contabilizados em contas do ativo, com a corresponde atualização, de acordo com a legislação de regência. Para efeito de contabilização e cômputo na base de cálculo do IRPJ e da Contribuição Social Sobre o Lucro, os juros devem ser apropriados pelo regime de competência.

A Companhia deverá manter controles extracontábeis dos créditos a compensar, bem como dos valores dos juros apropriados e dos valores compensados, para fazer prova frente a possíveis questionamentos por parte do Fisco.

4.8. Imobilizado

A política de reconhecimento e mensuração de ativo imobilizado foi construída pela empresa a partir das diretrizes da NBC TG 27 (R4) do CFC – Conselho Federal de Contabilidade. O reconhecimento se deu pelo valor do custo de aquisição ou construção, acrescido quando aplicável de juros durante o período de construção, deduzido da depreciação acumulada. Foram considerados imobilizados os ativos tangíveis que são mantidos para uso ou para fins administrativos e que se espera que sejam utilizados durante mais do que um período. O reconhecimento dos itens do imobilizado se deu quando existia probabilidade de benefício econômico futuro para a empresa e o custo do item foi mensurado de maneira confiável e ainda quando a empresa assumia substancialmente os riscos, os benefícios e o controle de tais ativos, dentro da primazia da essência sobre a forma.

A mensuração dos itens do imobilizado, a formação do custo, foi realizada da seguinte forma: preço de compra, incluindo os tributos não recuperáveis e todos os demais custos até o ponto de o imobilizado estar em condições de uso. A depreciação foi calculada pelo método linear, com base na vida útil estimada de cada bem e o valor residual.

4.9. Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses, caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

4.10. Eventos subsequentes

A Administração da Companhia realizou uma análise em todos os eventos subsequentes, favoráveis, desfavoráveis, relevantes que pudessem influenciar significativamente o seu desempenho, com uma atenção especial no quesito da continuidade. Após esta análise nenhum evento importante e impactante foi constatado. Assim nenhum ajuste de saldo se fez necessário e nenhum fato importante para divulgação foi identificado em decorrência de eventos subsequentes.

5. Caixa e equivalente de caixa

O Caixa e equivalentes de caixa incluem os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa, se aplicável. O caixa e equivalentes de caixa existentes na sociedade compõem-se da seguinte forma:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Banco Conta Movimento	9.529	407.929	7.917.075	2.336.188
Aplicação Financeira	1.025.084	28.499	2.421.092	568.171
Numerário em trânsito				12.187
Total de Caixa e Equivalentes	1.034.613	436.428	10.338.167	2.916.546

As aplicações financeiras referem-se ao serviço de aplicação e resgate automático do saldo mantido em conta corrente. As aplicações financeiras são mantidas em instituições de primeira linha com liquidez diária e indexadas ao CDI. Em 2025 as aplicações apresentaram rentabilidade de 1,08% do CDI ao mês.

6. Contas a receber

Refere-se às parcelas vencidas e não recebidas e parcelas a vencer de prestação de serviços

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Contas a receber		7.000	162.569.759	65.428.520
Total de Contas a receber	-	7.000	162.569.759	65.428.520

A composição dos títulos, por vencimento, é demonstrada abaixo:

Períodos em dias	A vencer	Vencidos
até 30 dias	47.435.347	10.499.408
de 31 e 60 dias	23.020.581	3.781.676
de 61 e 90 dias	13.158.861	6.563.116
de 91 e 120 dias	6.250.840	3.053.839
de 121 e 150 dias	2.543.055	5.879.009
de 151 a 180 dias	1.966.748	4.531.921
Acima de 181 dias	23.477.637	23.771.152
(-) PECLD		(13.363.431)
Total Geral	117.853.069	44.716.690
		162.569.759

7. Contas corrente Intercompany

Essa conta refere-se a um contrato entre as empresas que tem por base o rateio das despesas que estão em nome da BME Desenvolvimento de Software S.A. e possuem percentual de rateio, sendo que a BME Securitizadora S.A realiza o reembolso dessas despesas para a BME Desenvolvimento de Software S.A.

Descrição	Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024
Reembolso a receber		1.617.009
Total corrente Intercompany	-	1.617.009

8. Aplicações em debêntures

A Companhia mantém aplicação de valores em debêntures privadas da companhia BME Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ/ME: 38.925.847/0001-50, estabelecida na estabelecida na Avenida Maringá, nº 1765, Pavmto2, Londrina/Pr, CEP 86.060-000, escriturada na 1ª (primeira) emissão de debêntures simples registrada em 23/10/2020 sob o nº ED005215000 na Junta Comercial do Estado do Paraná, valor aplicado em sua 1ª serie, com a devida característica: base de remuneração de 0,4% (zero vírgula quatro por cento), expressa na forma de percentual ao mês, base 30 (trinta) dias.

Descrição	Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024
Debêntures	5.837.019	2.430.507
Total aplicação em debêntures	5.837.019	2.430.507

9. Investimento em controladas

Essa conta, utilizada apenas para os saldos da controladora, sendo que possui investimentos na BME Securitizadora S.A. no montante de R\$ 438.324 e na BME Alta Performance Securitizadora S.A. no montante de R\$ 27.717 totalizando o valor total de investimentos em R\$ 466.041. Em 31 de dezembro de 2025 os Patrimônios das companhias controladas estão evidenciados da seguinte forma:

Companhia	Patrimônio Líquido	Participação	Valor Participação
BME Securitizadora S.A.	R\$ 442.752	99%	R\$ 438.324
BME Alta Performance S.A.	R\$ 27.997	99%	R\$ 27.717
TOTAL			R\$ 466.041

10. Imobilizado

Composição do Ativo Imobilizado:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Móveis e utensílios	212.664	212.664	212.664	212.664
Computadores e periféricos	423.987	325.134	438.342	339.489
Ar condicionado	75.409	63.623	75.409	63.623
Instalações	257.401	241.589	257.401	241.589
(-) Depreciação Acumulada (i)	(343.443)	(229.176)	(355.388)	(238.250)
Total do Imobilizado	626.018	613.834	628.428	619.115

11. Fornecedores a pagar

A conta de fornecedores diz respeito aos parceiros que fornecem os materiais para o desenvolvimento da atividade, reconhecidos ao valor da nota fiscal no momento da negociação das compras e refere-se aos seguintes itens:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Fornecedores nacionais	372.169	104.962	587.791	357.838
Total de Fornecedores	372.169	104.962	587.791	357.838

12. Obrigações Tributárias

Composição dos tributos a recolher ao fim das data-bases:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Pis a recolher	11.739	9.401	17.373	13.603
Cofins a recolher	54.068	43.303	88.739	69.162
IRRF a recolher	16.321	17.031	101.244	42.492
CRF a recolher	1.626	454	1.832	590
ISS a recolher	29.750	12.104	29.750	12.104
ISS retido a recolher	273		393	21
CPRB a recolher		26.076		26.076
INSS retido a recolher	514		514	
IOF			88	
Imposto de renda a recolher		23.868	226.232	23.868
Contribuição social a recolher		24.118	86.438	25.346
Total de tributos a recolher	114.291	156.355	552.603	213.262

13. Obrigações trabalhistas

As obrigações trabalhistas da companhia refere-se aos impostos que estão contidos na folha de pagamento dos colaboradores, conforme abaixo:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Pro-Labore a pagar	2.702	2.513	5.404	5.026
Salários a pagar	89.461	81.526	89.461	81.526
Férias a pagar				
INSS a recolher	49.321	20.735	50.262	21.739
FGTS a recolher	9.893	16.333	9.893	16.333
Outras obrigações a pagar	2.018		2.018	
Provisões de férias e encargos	205.575	155.945	205.575	155.945
Total de obrigações trabalhistas	358.970	277.052	362.613	280.569

14. Empréstimos e financiamentos

Refere-se a um empréstimo referente conta garantida que em 31 de dezembro de 2024 perfazia o montante de R\$ 878.000,00 na BME Securitizadora S.A. Refere-se também a um empréstimo de Capital de Giro no Bradesco referente Pronampe e FGI PEAC e a Conta Grantidade no Banco Sofisa. A composição dos empréstimos, por vencimento, é demonstrado abaixo:

Curto Prazo:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Capital de Giro PRONAMPE FGO	2.871		2.871	
Empréstimo na Bme Securitizadora S.A.				878.000
Conta Garantida	999.994		999.994	
Total de empréstimos e financiamentos	1.002.865	-	1.002.865	878.000

Longo prazo:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Capital de Giro PRONAMPE FGO	107.143	150.000	107.143	150.000
Conta Garantida	526.847		526.847	
Total de empréstimos e financiamentos	633.990	150.000	633.990	150.000

15. Outras contas a pagar

Refere-se a contas relacionadas a cartão de crédito, seguros, entre outros, conforme relacionados a seguir.

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Cartão de crédito	138.071	74.747	138.071	74.747
Consignado a pagar		235		235
Seguros	21.834	6.585	21.834	6.585
Outros depósitos não identificados			298.688	77.578
Dividendos a pagar			56.939	
Aplicação Financeira			1.256	
Total de outras contas a pagar	159.905	81.567	516.788	159.145

16. Operação de Mútuo Conversível

Em 21/09/2024 a companhia celebrou Contrato de Mútuo Conversível e Outras Avenças com, FIP DOMO VENTURES FUND 2 FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTIESTRATÉGIA, fundo de investimento em participações, inscrito no CNPJ/ME sob o nº 38.655.821/0001-39, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Iguatemi, nº 151, 19º andar, Itaim Bibi, CEP 01.451-011, neste ato representado por sua gestora, DOMO INVEST GESTORA DE ATIVOS FINANCEIROS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA, sociedade empresária limita com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Rua Pais de Araújo, nº 29, conjuntos 124, 125 e 126, Itaim Bibi, CEP 04.531-940, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 07.424.182/0001-77, contrato este que tem objeto regular a disponibilização de recursos pelo Investidor à Investida a título de mútuo conversível em participação societária no valor de R\$ 4.419.590,00 (quatro milhões, quatrocentos e dezenove mil e quinhentos e noventa reais).

Em 04/09/2025, a companhia celebrou Contrato de Mútuo Conversível e Outras Avenças com FIP DOMO VENTURES FUND 2 FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTIESTRATÉGIA – RESPONSABILIDADE LIMITADA, fundo de investimento em participações, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 38.655.821/0001-39, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Alves Guimarães, nº 1212, Pinheiros, CEP 05.410-002, neste ato representado por sua gestora, Domo Venture Capital, Gestora de Ativos Financeiros e Valores Mobiliários Ltda., sociedade limitada com sede na Rua Pais de Araújo, nº 29, conjuntos 124, 125 e 126, Itaim Bibi, CEP 04531-940, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.424.182/0001-77, contrato este que tem por objeto regular a disponibilização de recursos pelo Investidor à Investida a título de mútuo conversível em participação societária, no valor de R\$1.552.863,62 (um milhão, quinhentos e cinquenta e dois mil, oitocentos e sessenta e três reais e sessenta e dois centavos).

17. Recursos de debêntures

Na BME Securitizadora S.A., através da AGE realizada pela Companhia em 05 de outubro de 2020, os acionistas aprovaram a 1ª emissão de Debêntures Simples, não conversíveis em ações, da espécie subordinada, tendo como principal garantia direitos creditórios da carteira de ativos da emissora representados por créditos a receber de pessoas físicas e jurídicas adquiridos nos termos do Contrato de Promessa de Cessão d Aquisição de Direitos Creditórios e outras Avenças fiirmados entre a emissora e os originadores dos direitos creditórios.

O valor total da Emissão é de R\$ 15.000.000 dividido em dez séries, sendo R\$ 1.500.000 (100 debêntures).

Em 19 de julho de 2021, os acionistas aprovaram a 2ª emissão de Debêntures Simples, não conversíveis em ações, da espécie subordinada, tendo como principal garantia direitos creditórios da carteira de ativos da emissora representados por créditos a receber de pessoas físicas e jurídicas adquiridos nos termos do Contrato de Promessa de Cessão e Aquisição de Direitos Creditórios e outras Avenças fiirmados entre a emissora e os originadores dos direitos creditórios.

O valor total da Emissão é de R\$ 200.000.000 dividido em duas séries, sendo R\$ 10.000 (20 debêntures). A Remuneração da 1ª série será de 80% (oitenta por cento) do lucro bruto da EMISSORA nas operações lastreadas pelas debêntures desta série e devidamente liquidadas, ou seja, deduzidas os custos tributários e eventuais variáveis de comissionamento à terceiros ou colaboradores tudo a ser devidamente discriminado a cada fechamento de exercício mensal.

A remuneração da 2ª série será de 70% (oitenta por cento) do lucro bruto da EMISSORA nas operações lastreadas pelas debêntures desta série e devidamente liquidadas, ou seja, deduzidas os custos tributários e eventuais variáveis de comissionamento à terceiros ou colaboradores tudo a ser devidamente discriminado a cada fechamento de exercício mensal.

Em 25 de agosto de 2022, os acionistas aprovaram a 3ª emissão de Debêntures Simples, não conversíveis em ações, da espécie subordinada, tendo como principal garantia direitos creditórios da carteira de ativos da emissora representados por créditos a receber de pessoas físicas e jurídicas adquiridos nos termos do Contrato de Promessa de Cessão e Aquisição de Direitos Creditórios e outras Avenças firmados entre a emissora e os originadores dos direitos creditórios. O valor total da Emissão é de R\$ 50.000.000,00 dividido em três séries.

Em 31 de julho de 2023, os acionistas aprovaram a 4ª emissão de Debêntures Simples, não conversíveis em ações, da espécie subordinada, tendo como principal garantia direitos creditórios da carteira de ativos da emissora representados por créditos a receber de pessoas físicas e jurídicas adquiridos nos termos do Contrato de Promessa de Cessão d Aquisição de Direitos Creditórios e outras Avenças firmados entre a emissora e os originadores dos direitos creditórios. O valor total da Emissão é de R\$ 10.000.000,00 dividido em duas séries, sendo R\$ 1.000,00 (mil reais) cada debênture.

Em 01 de novembro de 2023, os acionistas aprovaram a 5ª emissão de Debêntures Simples, não conversíveis em ações, da espécie subordinada, tendo como principal garantia direitos creditórios da carteira de ativos da emissora representados por créditos a receber de pessoas físicas e jurídicas adquiridos nos termos do Contrato de Promessa de Cessão de Aquisição de Direitos Creditórios e outras Avenças fiirmados entre a emissora e os originadores dos direitos creditórios. O valor total da Emissão é de R\$ 20.000.000 em série única, sendo valor unitário R\$ 1.000 para a quantidade de (20.000 debêntures).

Em 18 de janeiro de 2024, os acionistas aprovaram a 9ª emissão de debêntures da companhia.

Após a realização da 5ª emissão, não houve a efetivação da 6ª, 7ª e 8ª emissões de debêntures. Esta descontinuidade numérica decorreu de uma adequação formal no fluxo de controle dos atos societários prévios, optandose, por razões de celeridade e eficiência administrativa, pela manutenção do sequencial para a presente operação. As debêntures desta emissão poderão, sempre que especificado em sua série, ter caráter de subordinação, ocasião em que terá como principal garantia direitos creditórios da carteira de ativos do Debenturista nomeado Alta Performance, representados por créditos a receber de pessoas físicas e jurídicas adquiridos nos termos do Contrato de Promessa de Cessão e Aquisição de Direitos Creditórios e outras Avenças. O valor total da Emissão é de R\$ 100.000.000 dividido em 5 séries, sendo valor unitário R\$ 1.000 para a quantidade de (100.000 debêntures).

Em 26 de janeiro de 2024, os acionistas aprovaram a 10ª emissão de debênture da companhia, As debêntures desta emissão poderão, sempre que especificado em sua série, ter caráter de subordinação, ocasião em que terá como principal garantia direitos creditórios da carteira de ativos do Debenturista nomeado Alta Performance, representados por créditos a receber de pessoas físicas e jurídicas adquiridos nos termos do Contrato de Promessa de Cessão e Aquisição de Direitos Creditórios e outras Avenças. O valor total da Emissão é de R\$ 100.000.000 dividido em 5 séries, sendo valor unitário R\$ 1.000 para a quantidade de (100.000 debêntures).

Em 18 de setembro de 2024, os acionistas aprovaram a rerratificação da 10ª emissão de debênture da companhia.

Em 18 de setembro de 2024, os acionistas aprovaram a 11ª emissão de debênture da companhia, As debêntures desta emissão poderão, sempre que especificado em sua série, ter caráter de subordinação, ocasião em que terá como principal garantia direitos creditórios da carteira de ativos do Debenturista nomeado Alta Performance, representados por créditos a receber de pessoas físicas e jurídicas adquiridos nos termos do Contrato de Promessa de Cessão e Aquisição de Direitos Creditórios e outras Avenças. O valor total da Emissão é de R\$ 100.000.000 dividido em 7 séries, sendo valor unitário R\$ 1.000 para a quantidade de (100.000 debêntures).

Em 09 de Julho de 2025, os acionistas aprovaram a 12ª emissão de debênture da companhia, As debêntures desta emissão poderão, sempre que especificado em sua série, ter caráter de subordinação, ocasião em que terá como principal garantia direitos creditórios da carteira de ativos do Debenturista nomeado Alta Performance, representados por créditos a receber de pessoas físicas e jurídicas adquiridos nos termos do Contrato de Promessa de Cessão e Aquisição de Direitos Creditórios e outras Avenças. O valor total da Emissão é de R\$ 100.000.000 dividido em 4 séries, sendo valor unitário R\$ 1.000 para a quantidade de (100.000 debêntures).

BME Alta Performance S.A.:

Na Bme Alta Performance S.A., através da AGE realizada pela Companhia em 20 de janeiro de 2025, os acionistas aprovaram a 1ª emissão de Debêntures Simples, não conversíveis em ações, com valor nominal unitário de R\$ 1.000,00 (mil reais) perfazendo o montante de R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais), realizada em 22 (vinte e duas) series. Distribuidas da seguinte forma de acordo com 4 (quatro) grupos principais de debenturistas: a) Debenturistas Ordinários, de séries 1ª a 4ª; b) Debenturistas Investidores Institucionais, de séries 5ª a 8ª; c) Debenturistas Alta Performance, de séries 9ª a 11ª; e d) Debenturistas Investidores Terceiros, de séries 12ª a 22ª. O valor total da Emissão é de R\$ 15.000.000 dividido em dez séries, sendo R\$ 1.500.000 (100 debêntures).

Dessa forma, a conta “Recursos de debentures” está composta da seguinte maneira no fechamento consolidado:

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Debêntures-BME Securitizadora	136.425.725	62.337.815
Debêntures-BME Alta Performance	28.128.570	
Total de Recursos de Debentures	164.554.295	62.337.815

18. Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido da companhia em suas demonstrações financeiras consolidadas está composto da seguinte maneira:

Capital Social - O Capital Social da companhia é de R\$ 13.213.465,00 (treze milhões, duzentos e treze mil, quatrocentos e sessenta e cinco reais), representado por 13.213.465 (treze milhões, duzentos e treze mil, quatrocentos e sessenta e cinco) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Resultado do Exercício: No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia obteve um lucro no valor de R\$ 1.366.978,00 (um milhão, trezentos e sessenta e seis mil, novecentos e setenta e oito reais), destinado a conta de prejuízos acumulados, sendo que essa conta será revertida a medida em que a companhia auferir lucros.

Prejuízos acumulados: A conta de prejuízos acumulados da Companhia em suas Demonstrações Financeiras Consolidadas perfaz o montante de R\$ 9.260.660,00 (nove milhões, duzentos e sessenta mil, seiscentos e sessenta reais) sendo que a administração já está encaminhando esforços para a diminuição desses prejuízos acumulados ao longo dos próximos exercícios sociais.

Participações de Não Controladores: As controladas possuem acionistas não controladores. A participação de não controladores refere-se aos acionistas minoritários, os quais 1% do capital social da Bme Secutitizadora S.A. e também 1% do capital social da Bme Alta Performance Securitizadora S.A.

Dessa forma, a participação dos acionistas não controladores no capital social das controladas e controladora está assim representado:

Descrição	BME Des. S.A. 31/12/2025	BME Sec. 31/12/2025	BME AP 31/12/2025	Consolidado 31/12/2025	Bankme S.A. 31/12/2024	Bankme Sec. 31/12/2024	Consolidado 31/12/2024
Resultado líquido dos exercícios	(792.661)	2.099.703	59.936	1.366.978	(773.871)	(231.151)	(334.076)
Resultado do exercício atribuível a controladora				1.345.981			(331.764)
Resultado do exercício atribuível aos acionistas minoritários				20.997			(2.312)

19. Resultado Operacional

O resultado operacional é composto de receitas operacionais deduzidas às despesas operacionais, dispostas abaixo:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Receita Operacional	4.611.980	4.314.274	12.785.389	8.945.214
Receitas	7.227.884	5.151.374	48.294.793	23.666.190
(-) Dedução da Receita	(2.615.904)	(837.100)	(406.077)	(244.559)
(-) Custo de captação de recursos			(25.242.670)	(11.298.336)
(-) Outros Custos			(9.860.657)	(3.178.081)
Despesas Operacionais	(7.250.314)	(4.474.484)	(10.902.547)	(9.297.561)
Despesas Operacionais	(7.250.314)	(4.474.484)	(10.902.547)	(9.297.561)
Resultado Operacional	(2.638.334)	(160.210)	1.882.842	(352.347)

20. Resultado Financeiro

O resultado financeiro é composto de receitas financeiras deduzidas às despesas financeiras, que estão assim compostas:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Despesas Financeiras	(84.729)	(65.935)	(1.719.552)	(432.406)
Descontos Concedidos		(2)	(969.264)	(136.501)
Tarifa Bancárias	(9.631)	(7.724)	(195.076)	(73.605)
Juros e multas	(35.986)	(1.218)	(49.222)	(127.843)
Juros conta garantida			(226.830)	(15.711)
IOF	(20.082)	(56.991)	(44.104)	(78.746)
TAC empréstimo tomado	(19.030)		(235.056)	
Receitas Financeiras	351.424	210.294	498.404	594.125
Receitas de tarifas				321.148
Rentabilidade sobre aplicações Fin.	337.750	200.559	484.730	263.242
Descontos obtidos	634	1	634	1
Juros recebidos	13.040	9.734	13.040	9.734
Resultado Financeiro	266.695	144.359	(1.221.148)	161.719

21. Contingências

Em 31 de dezembro de 2025, a Administração não tem conhecimento de contingências contra a Companhia.

As declarações de Imposto de Renda e demais informativos fiscais estão sujeitos à revisão por parte das autoridades fiscais por cinco anos a partir de sua data-base. Os impostos e demais contribuições estão igualmente sujeitos à revisão e eventual tributação, variando, em cada

caso, o prazo de prescrição. A Administração da Companhia, entretanto, não espera perdas significativas como decorrência de eventuais revisões futuras pelas autoridades fiscais.

22. Seguros

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possui seguro contratado com a ALIANÇA DO BRASIL SEGUROS S/A, atividade e: ESCRITÓRIO – DEMAIS ESCRITÓRIOS, apólice esta, que compreende: DANOS ELÉTRICOS, ROUBO OU FURTO QUALIFICADO DE BENS E MERCADORIAS, TUMULTOS, GREVES E LOCK-OUT, VENDAVAL/FUMAÇA, QUEBRA DE VIDROS, R. C. – OPERAÇÕES, DESPESAS COM RECOMPOSIÇÃO DE REGISTRO E DOCUMENTOS, DESPESAS FIXAS PERDURÁVEIS, INCÊNDIO, IDT, RAIOS E EXPLOÇÃO DE QUALQUER NATUREZA E EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS (S/COBERTURA DE ROUBO E FURTO QUALIFICADO) para sua sede, localizada na Avenida Maringá, nº 1765, Vitória, na cidade de Londrina, Estado do Paraná.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possuía seguro contratado com a Aliança do Brasil Seguros S.A., na modalidade BB Seguro Empresarial Personalizado, tendo como objeto segurado o imóvel e conteúdo de sua sede, localizada na Avenida Maringá, nº 1765, bairro Vitória, na cidade de Londrina, Estado do Paraná. A atividade informada na proposta é “Escritórios – Demais Escritórios”. O seguro possui vigência das 24 horas do dia 28 de julho de 2025 às 24 horas do dia 28 de julho de 2026. A apólice compreende as coberturas de Incêndio, IDT, Raios e Explosão de qualquer natureza, Danos Elétricos, Despesas com Recomposição de Registros e Documentos, Despesas Fixas Perduráveis, Equipamentos Eletrônicos sem cobertura de roubo ou furto qualificado, Quebra de Vidros, Responsabilidade Civil – Operações, Roubo ou Furto Qualificado de Bens e Mercadorias, Tumulto e Vendaval/Fumaça.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possuía apólice de Seguro de Responsabilidade Civil de Administradores, D&O, contratada com a Chubb Seguros Brasil S.A., tendo como segurada a Bme Desenvolvimento de Software S.A., apólice nº 23.10.0024903.12, com vigência das 24 horas do dia 10 de setembro de 2025 às 24 horas do dia 10 de setembro de 2026. A apólice possui Limite Máximo de Garantia de R\$15.000.000,00 para R.C. Administradores e contempla cobertura de R.C. Riscos Ambientais.

Londrina - PR, 02 de julho de 2026.

Documento assinado digitalmente
 **THIAGO EIK MENDES PALOCO**
Data: 02/09/2026 09:27:46-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Thiago Eik Mendes Paloco
Diretor Presidente

Documento assinado digitalmente
 **EVERTON LEAO NASCIMENTO**
Data: 02/09/2026 09:18:03-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Everton Leão Nascimento
Contador: CRC/PR 054.015/O-5